

 <https://doi.org/10.47456/simbitica.v13i1.51536>

Como avaliar programas de educação política? Um debate metodológico

*How to evaluate political education programs?
A methodological debate*

*¿Cómo evaluar programas de educación política?
Un debate metodológico*

Joscimar Souza Silva

Universidade de Brasília

Frederico Henrique Galves Coelho da Rocha

Universidade Federal de Goiás

Resumo As universidades são celeiros de projetos de extensão em educação política; alguns são longevos, tornando estas instituições referências na área, ao mesmo tempo em que as iniciativas neste sentido são realizadas por uma miríade de atores. Este artigo tem como objetivo geral discutir caminhos metodológicos de pesquisa aplicada para avaliação, considerando o debate teórico sobre ações de educação política, pois em grande parcela dessas iniciativas, um dos maiores desafios está na avaliação, seja como forma de aperfeiçoar suas atividades ou como necessidade de transparência dentro dos espaços institucionais onde são desenvolvidas. A partir de uma revisão da literatura e de experiências práticas de avaliação, esse artigo ajuda a revitalizar o debate sobre os efeitos das ações, programas e projetos de educação política no público dessas ações a partir de uma visão daqueles que as promovem. A principal contribuição é a construção de uma síntese de elementos avaliativos fundamentais em ações de educação política.

Palavras-chave: avaliação; extensão universitária; socialização política; educação para a democracia.



Abstract Universities are breeding grounds for political education outreach projects; some are long-standing, making these institutions benchmarks in the field, while initiatives in this area are carried out by a myriad of actors. This article aims to discuss methodological approaches to applied research for evaluation, considering the theoretical debate on political education actions, since in a large part of these initiatives, one of the greatest challenges lies in evaluation, whether as a way to improve their activities or as a need for transparency within the institutional spaces where they are developed. Based on a review of the literature and practical evaluation experiences, this article helps to revitalize the debate on the effects of political education actions, programs, and projects on the public from the perspective of those who promote them. The main contribution is the construction of a synthesis of fundamental evaluative elements in political education actions.

Keywords: assessment; university outreach; political socialization; education for democracy.

Resumen Las universidades son semilleros de proyectos de extensión en educación política; algunos son duraderos, lo que convierte a estas instituciones en referentes en la materia, al tiempo que las iniciativas en este sentido son llevadas a cabo por una miríada de actores. Este artículo tiene como objetivo discutir las vías metodológicas de la investigación aplicada para la evaluación, considerando el debate teórico sobre las acciones de educación política, ya que en gran parte de estas iniciativas, uno de los mayores retos es la evaluación, ya sea como forma de perfeccionar sus actividades o como necesidad de transparencia dentro de los espacios institucionales donde se desarrollan. A partir de una revisión de la literatura y de experiencias prácticas de evaluación, este artículo contribuye a revitalizar el debate sobre los efectos de las acciones, programas y proyectos de educación política en el público destinatario de estas acciones, desde la perspectiva de quienes las promueven. La principal contribución es la construcción de una síntesis de elementos evaluativos fundamentales en las acciones de educación política.

Palabras claves: evaluación; extensión universitaria; socialización política; educación para la democracia.

Recebido em 28-01-2026

Modificado em 10-03-2026

Aceito para publicação em 23-03-2026

Introdução: conceituando educação política, para a cidadania e para a democracia

A educação para a democracia não ocorre no vácuo; ela é parte intrínseca de um processo mais amplo denominado socialização política. Este conceito refere-se ao processo pelo qual os indivíduos internalizam a cultura política de sua sociedade, adquirindo normas, valores e comportamentos aceitáveis dentro de um sistema político. Tradicionalmente, a literatura identifica agentes primários (família) e secundários (escola, pares e mídia) que moldam o “cidadão político” desde a infância até a vida adulta. Por outro lado, as iniciativas institucionais de educação política apresentam como objetivos aperfeiçoar ou redirecionar aspectos da socialização política, no sentido de fortalecer a participação política em ambientes de baixo engajamento cívico, de reforçar valores democráticos e desenvolver habilidades para a atuação política (Dantas, 2025).

O que denominamos aqui de ações, projetos e programas de educação política, como conceito mais amplo, congrega as iniciativas de educação para a cidadania, educação para a democracia, educação cívica e as diferentes formas de difusão de conhecimento sobre política feitas por diferentes tipos de instituições. Decidimos neste texto preservar as denominações originais dadas pelas referências teóricas adotadas, ainda que reconhecendo as distinções de compreensão sociocultural dos termos. Porém, apropriamos do conceito mais amplo de educação política, que abrange essas diferentes denominações dessas iniciativas (Dantas, 2025).

No contexto das iniciativas institucionais de educação política, estamos lidando frequentemente com o que Almond e Powell (1978) classificam como “socialização manifesta”, isto é, a transmissão direta e intencional de informações e valores, como em cursos de educação cívica, em contraste com a “socialização latente”, que ocorre de forma não planejada. Contudo, a eficácia dessas intervenções educativas é objeto de intenso debate teórico. Willeck e Mendelberg (2022) sintetizam três modelos explicativos principais para a relação entre educação e participação política. O primeiro, é o modelo padrão (recursos): a educação fornece habilidades cívicas diretas e conhecimentos burocráticos necessários para participar. O segundo é o modelo de socialização: a educação molda o caráter moral e as normas democráticas ao longo do tempo. E o terceiro é o modelo de proxy (triagem): a educação serve apenas como um marcador de status socioeconômico, sem causar diretamente a participação.

Compreender essas distinções é fundamental para a pesquisa aplicada na avaliação de ações, projetos e programas, pois nos obriga a perguntar: nossas iniciativas de educação política estão apenas transmitindo conteúdo ou estão efetivamente formando cidadãos comprometidos com os valores democráticos e promovendo engajamento político?

Para avançar além do debate teórico e compreender a efetividade prática dessas iniciativas, é importante apropriar-se dos princípios da pesquisa social aplicada para analisar como educação política se materializa no contexto universitário brasileiro. Por pesquisa social aplicada compreendemos aquela de caráter intencional e prático, que se produz mobilizando teorias, conceitos e métodos das ciências sociais e em diálogo com atores externos à comunidade científica (Cf. Fernandes, Maio & Koerich, 2026). A literatura contemporânea sugere que a chave para a formação cidadã não reside na mera exposição a conteúdos cívicos (quantidade), mas na natureza da experiência pedagógica (qualidade), especificamente naquelas fundamentadas na “aprendizagem ativa” e no “aprender fazendo” (*learning by doing*). Nesse cenário, as universidades públicas brasileiras têm se destacado como celeiros de inovação democrática através de suas ações, projetos e programas de extensão, que funcionam como laboratórios vivos de cidadania e socialização política. A extensão universitária tem como alvo o público externo, embora mobilize o público interno das ações.

Neste contexto, embora próximo da pesquisa acadêmica, as ações de extensão não costumam envolver a pesquisa em seu leque de ações, mesmo encontrando necessidade de avaliar os alcances e resultados das suas atividades. Dada a necessidade de uma avaliação que produza conhecimento científico, mas também atenda às necessidades interna da extensão, o modelo de pesquisa social aplicada é o mais adequado a este tipo de ação, projeto e programa, pois carrega intencionalidade prática a demandas concretas e conecta diferentes atores acadêmicos e não acadêmicos.

Dois exemplos paradigmáticos dessa atuação institucional, que servirão de base empírica para a discussão proposta neste artigo, são o Programa Politeia, da Universidade de Brasília (UnB), e o Programa Politizar, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Ambos acumulam décadas de conhecimento prático e experiências na condução de simulações parlamentares e atividades de formação cívica, conectando instituições de ensino, instituições legislativas e público externo. Além disso, têm realizado pesquisa aplicada na avaliação dos seus respectivos programas, projetos e ações. A escolha desses programas como objeto de reflexão não é aleatória; eles representam a aplicação prática do que Kiess (2022) e Willeck e Mendelberg (2022) identificam como as estratégias mais promissoras para a socialização política: a imersão em ambientes que simulam instituições democráticas e o incentivo ao protagonismo estudantil. Ao colocar os jovens no centro da ação política, negociando, debatendo e formulando projetos de lei, essas iniciativas desafiam o “Modelo de Proxy” (onde a educação é apenas um filtro de status) e buscam operacionalizar o “Modelo de Socialização”, onde a vivência prática tem o potencial de transformar normas, aumentar a confiança institucional e fomentar o engajamento futuro. Neste

sentido, estes programas atuam para preencher o descompasso muitas vezes existente entre a educação para a cidadania e a participação política efetiva.

Portanto, a discussão sobre a avaliação de iniciativas de educação política que propomos aqui não parte de um vazio especulativo, mas do diálogo entre a literatura especializada e a realidade concreta dessas iniciativas de extensão. O desafio que se impõe, e que propusemos a tratar neste artigo, é como mensurar os impactos dessas experiências imersivas como os programas de educação política Politeia e o Politizar.

A avaliação de práticas de educação política e educação para a democracia

A avaliação de iniciativas de educação política é um tema de crescente relevância, refletindo a necessidade de compreender a efetividade e o impacto de ações que visam o fortalecimento da cidadania e da democracia. A coletânea de artigos presente nos Cadernos Adenauer (2025) oferece um panorama multifacetado sobre como a avaliação tem sido concebida e praticada no Brasil, revelando tanto avanços metodológicos quanto desafios estruturais significativos.

Uma das preocupações centrais que emergem dos textos é a necessidade de superar a fragmentação das práticas avaliativas por meio da construção de sistemas de monitoramento e de indicadores consistentes. Nesse sentido, Tavares (2025) defende que o ecossistema de educação cidadã precisa avançar na construção de mecanismos de avaliação que permitam a identificação de modelos de excelência. Segundo o autor, é preciso consolidar um repertório de iniciativas comprovadamente eficazes que possam servir de referência no processo pedagógico, alinhando os ideais de adaptabilidade e escalabilidade às demandas de professores e estudantes. Essa visão é complementada pela proposta de que o Ministério da Educação, em conjunto com outros atores – como legislativos, tribunais, controladorias, universidades e organizações da sociedade civil – assumam a tarefa de coletar dados que subsidiem a produção de evidências sobre boas práticas, abrindo o debate para que as competências da educação cidadã passem a integrar os instrumentos de avaliação já existentes na educação básica brasileira.

Nesse sentido, cabe pensar de forma criteriosa a avaliação quantitativa (Sobrinho, 2025), desenhados a partir dos objetivos das ações de educação política, especialmente aqueles de educação para a cidadania e para a democracia, comuns a todos os programas (Dantas, 2025). O modelo de avaliação com enfoque nos objetivos comportamentais, desenvolvido por Ralph Tyler (1934 *apud* Sobrinho, 2003), desloca a avaliação da mera mensuração técnica para a verificação sistemática do alcance de objetivos educacionais definidos em termos de comportamentos desejados dos estudantes. Neste modelo, os objetivos constituem o centro da avaliação e funcionam

como origem dos critérios para determinar coincidências e discrepâncias entre o prometido e o cumprido, caracterizando-se pela pedagogia por objetivos, centralidade da eficiência e instrumentos de diagnóstico quantitativo.

Sobrinho (2003) reconhece o avanço histórico do modelo, mas questiona suas limitações quando aplicado isoladamente: reduz o professor a técnico executor, instrumentaliza a educação aos objetivos econômicos, privilegia resultados quantificáveis em detrimento dos processos, e compromete a educação democrática. Sobrinho recomenda integrar o modelo com perspectivas qualitativas e participativas que valorizem os processos vividos pelos indivíduos e a compreensão de fenômenos sociais complexos, em vez de reduzir a avaliação a um instrumento de controle e eficiência econômica. Compreendemos também que os instrumentos de avaliação de ações, projetos e programas de educação para a cidadania não podem restringir sua avaliação a aspectos quantificáveis. Porém, neste trabalho, nosso foco está centrado em avaliações com base em objetivos.

No âmbito da avaliação de programas específicos, a análise de cursos de formação política em ambiente virtual, apresentada por Dantas e Costa (2025), oferece dados quantitativos e qualitativos detalhados. Os autores apontam para um desafio estrutural significativo, que denominam “evasão estrutural”, onde se observa uma acentuada queda entre o número de inscritos e o de concluintes. Os dados revelam que “o curso perde metade dos inscritos em relação aos presentes, e cerca de 60% dos presentes, e 80% dos inscritos, em relação aos formados” (Dantas & Costa, 2025:122). Isso sugere que fatores extra cognitivos – como tempo, motivação intrínseca, sobrecarga de compromissos ou falta de conexão emocional com a atividade – desempenharam papel central no abandono e que só gratuidade e ambiente virtual não garantem engajamento duradouro (Dantas & Costa, 2025:122-130).

Apesar dos desafios de engajamento, a avaliação qualitativa junto aos concluintes revela uma percepção de excelência. Os autores destacam que as variáveis ligadas aos professores, o funcionamento da ação de cidadania apresentou excelentes resultados. Esses dados indicam que, para o público que permanece, o impacto é profundo. Além disso, o curso é bem avaliado como estímulo para a compreensão e conversas sobre política (Dantas & Costa, 2025: 128). Esses resultados levantam a questão sobre a equidade de acesso, visto que o perfil majoritário dos participantes é de pessoas com alto nível de escolaridade e interesse prévio no tema.

A questão da equidade emerge como um desafio crítico na avaliação de educação política. Os autores reconhecem que “há uma barreira de entrada implícita que impede o acesso e permanência de públicos com menor escolaridade, recursos ou capital cultural” (Dantas & Costa, 2025: 129). Essa realidade sugere que a avaliação de educação política deve incluir indicadores de inclusão e equidade, não apenas de aprendizagem. Além disso, os autores sugerem “a construção de módulos específicos

voltados a públicos periféricos, juventudes ou tradicionalmente desengajados do debate político, com conteúdo adaptados em linguagem acessível, exemplos contextualizados e estratégias de engajamento que valorizem a realidade local” (Dantas & Costa, 2025:130), reconhecendo as desigualdades que perpassam os diferentes espaços educativos e de socialização, as desigualdades socioeconômicas e étnico-raciais (Silva, Santos & Cardoso, 2019).

No que diz respeito às metodologias de avaliação, Dantas e Costa (2025) apresentam recomendações específicas para o aprimoramento do monitoramento de resultados. Os autores sugerem que “a primeira se refere à necessidade de emparelhar dados de inscrição e de avaliação da mesma pessoa, permitindo verificar se, e como, as percepções sobre política foram alteradas ao longo do curso”. Além disso, recomendam “a análise por módulo, com o intuito de compreender quais temáticas despertam maior interesse, retenção e transformação nos participantes” (Dantas & Costa, 2025:130). Essas abordagens metodológicas representam um avanço significativo na construção de sistemas de avaliação mais sofisticados e capazes de capturar mudanças de percepção ao longo do tempo.

Para aprofundar a avaliação de impacto de programas de educação política e democrática é imperativo dialogar com a literatura internacional que testa a eficácia de diferentes pedagogias cívicas. Willeck e Mendelberg (2022) argumentam que a mera “quantidade” de educação (anos de escolaridade ou número de aulas de civismo) apresenta resultados mistos e inconclusivos sobre o aumento da participação política. Por outro lado, a “qualidade” e o *tipo* de experiência educacional mostram-se decisivos. As autoras destacam que intervenções baseadas em aprendizagem ativa – como simulações legislativas, debates abertos em sala de aula e projetos de serviço comunitário – geram impactos causais positivos, especialmente quando avaliadas por meio de estudos experimentais ou quase-experimentais que comparam um grupo de tratamento (jovens expostos à aprendizagem imersiva) com um grupo de controle (pares sem a mesma experiência).

A alta taxa de evasão e a dependência de motivação intrínseca identificadas por Dantas e Costa (2025) corroboram esses achados internacionais que indicam que a mera “quantidade” de educação cívica (número de aulas ou cursos) tem pouco efeito na participação política real se não estiver atrelada à qualidade pedagógica. A literatura sugere que pedagogias passivas, comuns em formatos virtuais conteudistas, são menos eficazes para retenção e engajamento do que metodologias de “aprendizagem ativa” (*active learning*), que incluem clima de sala de aula aberto para debates, aprendizagem experiencial (como as simulações do legislativo) e projetos de serviço comunitário.

Nesse sentido, a avaliação de ações, projetos e programas de extensão universitária deve investigar se a imersão em práticas democráticas supera a simples transmissão de conteúdo. Johannes Kiess (2022) reforça essa premissa através da

teoria interacionista do “aprender fazendo” (*learning by doing*). Ao analisar dados de nove países europeus (França, Alemanha, Grécia, Itália, Polônia, Espanha, Suécia, Suíça e Reino Unido), Kiess demonstra que a experiência direta em práticas democráticas durante a juventude, como atuar em conselhos estudantis ou organizar eventos políticos, tem um efeito robusto e duradouro. Jovens que vivenciam a democracia na prática (grupo de tratamento) tendem a votar com mais frequência e a se engajar em formas de participação política, tanto institucionais quanto contestatórias, em taxas superiores às daqueles que não tiveram tais vivências (grupo de controle).

Um indicador crucial que emerge dessa discussão, e que deve ser incorporado às matrizes de avaliação de projetos de extensão, é a confiança nas instituições políticas, especialmente no cenário brasileiro e latino-americano, onde democracias mais jovens enfrentam instabilidades e turbulências na opinião pública (Silva, 2018; Silva, 2022; Telles & Silva, 2025). Kiess (2022) identifica que a experiência democrática educacional não apenas fomenta a participação, mas aumenta significativamente a confiança no parlamento e em outras instituições do Estado Democrático de Direito. O estudo sugere que, ao “agir democraticamente”, o indivíduo internaliza normas e eficácia política, o que fortalece a legitimidade do sistema. Isso contrasta com a hipótese de que a educação crítica levaria necessariamente ao cinismo ou ao desengajamento institucional; pelo contrário, a vivência prática parece criar cidadãos críticos, porém institucionalmente engajados.

Portanto, a fragilidade metodológica apontada por Willeck e Mendelberg (2022) nos estudos atuais – que dependem excessivamente de autorrelatos de satisfação – deve ser superada por desenhos de avaliação que mensurem comportamentos objetivos. É necessário verificar se os participantes de simulações e cursos de extensão desenvolvem, comparativamente aos seus pares, não apenas maior conhecimento cognitivo, mas um incremento mensurável na confiança institucional e na disposição para o voto e ativismo político. A adoção de tais métricas contribuirá para demonstrar como essas iniciativas de educação política funcionam como “escolas de democracia” efetivas, capazes de mitigar a desconfiança sistêmica e formar cidadãos ativos.

Em síntese, a literatura evidencia que a avaliação de iniciativas de educação política é um campo complexo, que abrange desde a mensuração de competências individuais e a análise de engajamento em programas específicos até a aferição de impacto. Os autores e estudos mencionados aqui convergem na percepção de que, embora existam experiências exitosas e dados qualitativos positivos, persistem desafios relacionados à evasão, à equidade de acesso e à carência de sistemas de monitoramento e indicadores consolidados que permitam a produção de evidências robustas sobre o impacto de longo prazo dessas ações na cultura democrática. A construção de mecanismos de avaliação mais sofisticados e inclusivos é, portanto,

fundamental para que a educação política possa cumprir seu papel de fortalecimento da cidadania e da democracia em nosso país.

Como temos avaliado as iniciativas de educação política?

A avaliação de iniciativas de educação política no Brasil enfrenta desafios metodológicos similares aos observados na literatura internacional. Predomina o uso de medidas de autorrelato (*self-reports*), onde os participantes declaram sua satisfação com o curso ou sua *intenção* de participar politicamente no futuro. Embora úteis, essas métricas são insuficientes para comprovar impacto causal. A correlação entre frequência em cursos e participação política pode ser espúria, impulsionada por fatores de auto seleção, ou seja, pessoas que já são politicamente engajadas tendem a procurar esses cursos.

Para avançar metodologicamente, é necessário transitar de avaliações de percepção para avaliações de comportamento e impacto causal. Neste sentido, Willeck e Mendelberg (2022) destacam a importância de adotar medidas objetivas: substituir a percepção subjetiva de aprendizado por dados concretos, como registro de voto, filiação associativa ou realização de projetos comunitários; desenhos experimentais e quase-experimentais: utilizar grupos de controle ou explorar variações exógenas (como sorteios de vagas em cursos muito procurados) para isolar o efeito do programa de fatores familiares e socioeconômicos; e avaliação da pedagogia (qualidade versus quantidade, em outras palavras, não avaliar apenas a “exposição” ao conteúdo (horas de curso), mas *como* ele foi ensinado. Instrumentos de avaliação devem verificar a presença de debate aberto, conexão com problemas reais e oportunidades de ação prática, pois são estes os elementos que comprovadamente geram engajamento democrático.

Diante desse cenário, a superação das limitações metodológicas tradicionais exige o exame de experiências concretas que ofereçam densidade histórica e diversidade pedagógica para a análise. É sob essa perspectiva que este artigo se debruça sobre iniciativas brasileiras de longa duração, buscando identificar em que medida a estrutura de seus programas dialoga com a necessidade de métricas mais objetivas e práticas de ensino engajadoras.

O primeiro caso que trabalhamos neste artigo é o Programa Politeia. O Politeia, iniciativa de alunos e professores do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, constitui-se como um programa de extensão continuada que articula atividades de ensino, pesquisa e educação para a cidadania. Suas atividades principais incluem aulas expositivas, capacitações em parceria com a Câmara dos Deputados (CEFOP), oficinas de processo legislativo e marketing político, mesas de debates integradas ao evento “Politeia em Foco” e, como atividade de destaque, a realização da

maior simulação de processo legislativo do Brasil, executada dentro da própria Câmara dos Deputados. A pesquisa de avaliação dos 22 anos de atividade do projeto combina coleta de dados junto a estudantes egressos, ex-simulantes e participantes da comunidade externa, utilizando metodologia de survey e análise estatística descritiva, com dados ainda parciais.

A perspectiva avaliativa adotada alinha-se aos desafios identificados na literatura sobre avaliação de educação política, particularmente quanto à necessidade de mensurar mudanças de percepção e engajamento cívico. A metodologia empregada busca capturar não apenas dados quantitativos sobre participação, mas também avaliar a transformação nas percepções sobre política, democracia e participação cidadã. Contudo, dado que a coleta depende da existência de contatos com ex-participantes das atividades do Programa Politeia, a pesquisa enfrenta limitações: o longo tempo de campo para tentar conseguir a amostra de 360 respondentes (mais de um ano), a aleatoriedade impactada pela dificuldade de conseguir respondentes de anos mais distantes (2003 a 2015).

Os dados coletados até o momento, com 159 respostas, revelam um perfil de participantes caracterizado por jovens adultos, estudantes de graduação e pós-graduação de diversas universidades e faculdades brasileiras, predominantemente homens (82 respondentes), embora sem desproporcionalidade acentuada, com diversidade racial e predominância de autodeclaração branca (94 respondentes). Para corrigir essas distorções, o Politeia adota, desde 2018, uma política de cotas como instrumento central de promoção da diversidade, da equidade e da representação plural na Simulação Legislativa.

Na Simulação de 2025, as 200 vagas foram distribuídas entre as categorias de parlamentares, repórteres, assessores parlamentares e fotógrafos, sendo 60% do total destinadas às ações afirmativas – 30% para Cotas de Gênero, 20% para Cotas Raciais e 10% para Cotas Sociais de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília (PPAES) –, mantendo-se 40% para a ampla concorrência. As Cotas de Gênero abrangem pessoas autodeclaradas mulheres cisgênero, mulheres transgênero, homens transgênero, pessoas não binárias ou travestis, fortalecendo uma política de presença das minorias políticas nos espaços de representação (Phillips, 1998; Silva, Castro & Fontes, 2021). As Cotas Raciais contemplam pessoas autodeclaradas pretas, pardas, indígenas ou quilombolas; e as Cotas Sociais são destinadas a estudantes vinculados aos programas de assistência estudantil da UnB, fortalecendo além da representatividade o protagonismo negro e periférico muitas vezes excluído do debate universitário (Gonzales, 1984; Gomes, 2012; Silva, Santos & Cardoso, 2019). A política prevê critérios objetivos de preenchimento e mecanismos de remanejamento para a ampla concorrência. Para o cumprimento dos procedimentos de verificação, anualmente é formada a Comissão de Identificação do Componente de Gênero, composta por membros da equipe organizadora do projeto que também se enquadram

nessa modalidade, bem como a Comissão de Heteroidentificação Racial, constituída em colaboração com a Ubuntu – Frente Negra de Ciência Política da UnB. Desde sua implementação, as cotas vêm sendo progressivamente ampliadas e, a partir de 2026, passam a incorporar a inclusão de pessoas com deficiência (PcD), em consonância com a legislação brasileira (art. 93 da Lei nº 8.213/1991), reafirmando o compromisso do Projeto Politeia com uma educação política democrática, inclusiva e socialmente responsável.

A distribuição por cursos evidencia a interdisciplinaridade do projeto, com maior concentração em Ciência Política, Direito e Relações Internacionais, mas com participantes em menor número das áreas de saúde e exatas. Esse perfil diversificado, que transita por múltiplas áreas do conhecimento, reflete a capacidade do Politeia em mobilizar públicos de diferentes formações acadêmicas, consolidando sua função como espaço de diálogo interdisciplinar sobre política e democracia.

O questionário de *survey* do Politeia avaliou a partir de questões objetivas cinco dimensões: Carreira Pública, Educação Política, Vida pessoal, Trajetória Profissional, Formação Acadêmica. As variáveis sociodemográficas coletadas foram: idade, gênero, cor/raça e curso de graduação. Numa seção sobre a participação no Politeia foi levantado: a atividade que participou e a função, os anos de participação e a motivação para participar do Programa. Por fim, foi levantada a percepção de efeito do Politeia sobre o participante, em escala *likert*, 1 a 5, onde 1 é nada e 5 é muito sobre: contribuição para a formação acadêmica, trajetória profissional, vida pessoal, educação política, interesses e habilidades para a carreira pública.

As avaliações de percepção dos efeitos do Programa, mensuradas em escala de 1 a 5, apresentam médias expressivas em todas as dimensões investigadas: Carreira Pública (4,11), Educação Política (4,55), Vida Pessoal (4,26), Trajetória Profissional (4,28) e Formação Acadêmica (4,35). Particularmente relevante é a avaliação do quesito “Educação Política” (4,55), que indica percepção de transformação significativa nas compreensões sobre política e processos democráticos.

O fato de 82,6% das respostas concentrarem-se entre 4 e 5, com 60,3% atribuindo nota máxima, sugere satisfação elevada e impacto percebido entre os participantes. Esses dados qualitativos positivos convergem com o padrão observado em outras iniciativas de educação política, onde o público que participa relata transformações profundas em suas percepções e engajamento cívico. É também um *proxy* de engajamento no setor público a proporção dos respondentes que adentraram à carreira pública, seja no serviço público ou como políticos. A dimensão de “Carreira Pública” (com média 4,11) reflete o impacto do programa na orientação profissional dos participantes em direção ao serviço público e às carreiras políticas. Essa avaliação evidencia que o Politeia não apenas promove educação política, mas também funciona como catalisador de vocações para a administração

pública e para cargos políticos, contribuindo para a formação de quadros qualificados e civicamente engajados no setor público brasileiro.

A manutenção de baixas taxas de evasão ao longo dos 22 anos de funcionamento do programa (constatada em nossos relatórios de extensão) distingue o Politeia de outras iniciativas de educação política, sugerindo que a articulação entre metodologias participativas, atividades práticas e engajamento com instituições políticas reais – como a Câmara dos Deputados – constitui estratégia eficaz de retenção e motivação. Essa característica evidencia que a qualidade do conteúdo, combinada com a conexão emocional e prática com os processos democráticos, funciona como fator determinante para a permanência e engajamento continuado dos participantes.

Contudo, a interpretação desses resultados deve considerar as limitações metodológicas inerentes à avaliação de programas de educação política. Os dados de 159 respondentes representam apenas os participantes que completaram a pesquisa, não capturando informações sobre aqueles que não responderam aos instrumentos de coleta (de uma amostra prevista de 360). Além disso, a metodologia atual não permite verificar se, e como, as percepções sobre política foram alteradas especificamente pela participação no Politeia, nem tampouco diferenciar o impacto de cada atividade do programa, lacunas que pretendemos sanar nas próximas edições da pesquisa. Uma primeira estratégia planejada é emparelhar dados de inscrição e avaliação da mesma pessoa ao longo do tempo, permitindo verificar mudanças nas percepções sobre política e democracia. Uma segunda abordagem consistiria em análise diferenciada por tipo de atividade – aulas expositivas, simulações legislativas, oficinas e mesas de debate – com o intuito de compreender quais modalidades despertam maior interesse, transformação e impacto nos participantes.

Os resultados preliminares da pesquisa reforçam o papel educativo e transformador do Politeia na formação acadêmica, profissional e cidadã, evidenciando sua relevância como programa de extensão continuada e referência nacional em educação política e cidadã. A combinação entre qualidade pedagógica, engajamento prático com instituições democráticas e baixas taxas de evasão posiciona o Politeia como modelo promissor de educação política que contribui efetivamente para o fortalecimento da cultura democrática brasileira.

O segundo caso que exploramos neste artigo é o Programa de Extensão Politizar, da Universidade Federal de Goiás (UFG), dada a sua atuação de mais de uma década e a complexidade de sua arquitetura educativa. Criado originalmente em 2013 e reestruturado com novas coordenações a partir de 2017, o programa consolidou-se como uma iniciativa de simulação parlamentar em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO) e, posteriormente, com a Câmara Municipal de Goiânia (CMG). Diferente de cursos conteudistas tradicionais, o Politizar aposta na imersão prática (*role playing*), onde estudantes vivenciam o

processo legislativo, aprendendo a negociar, articular e formular projetos de lei dentro das próprias casas legislativas. Essa abordagem alinha-se diretamente com a literatura contemporânea que aponta a qualidade da educação cívica, e não apenas sua quantidade, como o fator determinante para o engajamento político.

Os indícios disponíveis sugerem que o programa pode transcender a dimensão pedagógica individual, com evidências preliminares que apontam para um impacto político real. Referimo-nos, neste sentido, a projetos elaborados pelos estudantes durante as simulações, que posteriormente foram adotados por parlamentares e transformados em legislação estadual e municipal, como a Lei da “Menstruação Sem Tabu” (política de dignidade menstrual), e a Lei que instituiu o “Dia Laranja” para combate à violência contra a mulher. Esses desfechos sugerem que a simulação promove um senso de eficácia política nos participantes, permitindo-lhes ver suas propostas se materializarem em políticas públicas concretas (Trindade *et al.*, 2023).

Para além dos resultados legislativos, o programa foi objeto de uma avaliação de impacto quase-experimental (Rocha, 2025), buscando mensurar objetivamente os efeitos da formação na cultura política dos jovens. O estudo partiu da premissa de que a educação deve funcionar para possibilitar o protagonismo juvenil na construção significativa da ação política, utilizando o Modelo de Participação Política Pedagógica (Andersson, 2019). O desenho da pesquisa buscou investigar se a vivência no Politizar influenciava a confiança dos estudantes nas instituições políticas do Estado Democrático de Direito. A pesquisa aplicou questionários com estudantes de 6 escolas de educação básica no município de Goiânia participantes do Politizar, sendo 3 escolas públicas e 3 escolas particulares, estabelecendo uma comparação controlada entre um grupo de tratamento (jovens que participaram da imersão e simulação legislativa do Politizar em 2023 e 2024) e um grupo de controle (jovens das mesmas séries, turmas e escolas, mas que não participaram do programa de extensão).

A metodologia adotada permitiu isolar o efeito da intervenção educativa. Foram analisados 128 indivíduos (64 participantes e 64 não-participantes), utilizando testes estatísticos de Qui-Quadrado¹ para verificar a associação entre a participação no programa e os níveis de confiança nas instituições políticas. Os dados revelaram uma associação estatisticamente significativa ($p=0,0344$), indicando que a experiência de simulação parlamentar está correlacionada a um padrão distinto de atitudes políticas. A análise demonstrou que, enquanto os não-participantes apresentavam maiores índices de indecisão ou desconfiança nas instituições, os estudantes egressos do Politizar concentravam-se nos níveis mais altos de confiança média nas instituições políticas.

¹ O teste Qui-quadrado avalia a associação entre variáveis categóricas comparando frequências observadas com frequências esperadas. Calcula se as diferenças são estatisticamente significativas ou ocorrem por acaso. Quando $p < 0,05$, rejeita-se a hipótese nula, confirmando associação real entre as variáveis analisadas. O resultado ($p=0,0344$) confirma associação estatisticamente significativa, demonstrando que a simulação parlamentar influencia as atitudes políticas dos participantes.

É importante ressaltar, contudo, que a aferição da confiança institucional no âmbito do Politizar não deve ser interpretada como uma medida isolada ou absoluta de sucesso pedagógico, mas sim como um indicador-chave dentro de um ecossistema mais amplo de engajamento. Embora o programa tenha como objetivo específico fortalecer esse vínculo, a literatura especializada aponta que a confiança nas instituições é um preditor fundamental para comportamentos políticos robustos, como a filiação partidária, a decisão de voto e a participação em movimentos associativos. Assim, o aumento nos níveis de confiança observado nos participantes sugere uma maior predisposição para a atuação democrática efetiva no longo prazo.

Dessa forma, a variável de confiança atua como um elo entre a percepção subjetiva do jovem e sua futura inserção no espaço público. Ao reduzir a indecisão e o cinismo político, barreiras comuns ao protagonismo juvenil, a simulação parlamentar cria o substrato psicológico necessário para que o conhecimento técnico adquirido se traduza em prática cidadã. Sob essa ótica, os resultados de Rocha (2025) reforçam que o impacto do programa ultrapassa a mera memorização de ritos legislativos, incidindo diretamente sobre as atitudes que sustentam a estabilidade e a vitalidade do Estado Democrático de Direito.

Os estudos empíricos relatados aqui são apenas exemplos de como podemos avançar em avaliações e na construção de conhecimento científico de ações de educação política e democrática que podem efetivamente moldar a cultura política e a confiança institucional das novas gerações. As experiências do Politeia e do Politizar e suas respectivas avaliações demonstram que é possível medir o impacto da educação política para além do autorrelato de satisfação, adotando outras estratégias metodológicas.

A partir dessas experiências e do debate teórico ora elencado, apresentamos a seguir uma síntese de elementos avaliativos fundamentais em ações, projetos e programas de educação política. Segundo o debate pedagógico ao qual nos afiliamos neste texto sobre avaliação, esta deve estar vinculada aos objetivos das ações, projetos e programas. A partir desses objetivos é que se se definem o caráter dos elementos que estão listados na Tabela 1.

Tabela 1. Elementos de avaliação de ações, projetos e programas de Educação Política

| Elementos | Descrição |
|--|---|
| Modelos testados | Inspirar em modelos testados de avaliação, com perguntas objetivas (Tavares, 2025; Dantas & Costa, 2025). |
| Interesse pelo tema e Engajamento | Levantar o interesse do participante pelo tema da ação, projeto ou programa, bem como dados de participação e engajamento ou evasão (Dantas & Costa, 2025) |
| Qualidade pedagógica e percepção de aprendizagem | Avaliar a percepção de qualidade da ação, projeto ou programa e a percepção de como esta promoveu a aprendizagem (Sobrinho, 2003) |
| Equidade | Avaliar a percepção de equidade dentro da ação, projeto ou programa e a percepção, como sinal de espaço de formação política democrática (Silva, Santos & Cardoso, 2019) |
| Aperfeiçoamento para Modelos Experimentais | É fundamental que os desenhos de avaliação avancem para modelos experimentais que possam medir os efeitos da ação, projeto ou programa não apenas sobre a aprendizagem formal, mas também sobre valores democráticos. (Willeck & Mendelberg, 2022; Rocha & Souza, 2025) |

Fonte: elaboração própria.

Essa não é uma lista exaustiva, que finaliza o debate sobre os elementos da avaliação, mas uma síntese provisória, que busca, a partir de uma perspectiva mais quantitativa de avaliação, estabelecer elementos que subsidiem ações, projetos e programas de educação política. Todos esses elementos partem de subsídios teóricos apontados na Tabela 1, mas também da experiência prática dos autores, coordenando os Programas e conduzindo as pesquisas de avaliação sobre eles. O objetivo desta tabela não é esgotar o debate, mas abri-lo, sujeito às críticas, contribuições e ao debate, assim como reflete o caráter dos projetos aqui mencionados.

Considerações finais

Esse artigo se estruturou a partir do objetivo de, a partir de uma revisão da literatura e de experiências práticas de avaliação de ações, projetos e programas de educação política, discutir caminhos metodológicos para avaliação. Assim esse artigo buscou revitalizar e fortalecer o debate sobre os efeitos das iniciativas de educação política nos seus respectivos públicos, a partir de uma visão daqueles que as promovem.

A análise das práticas de educação política revela um cenário em transição. Se por um lado as iniciativas de extensão universitária cumprem um papel vital na manutenção da cultura democrática, por outro, a avaliação dessas iniciativas precisa amadurecer. Superar a “evasão estrutural” e o elitismo dos participantes exige mais

do que ajustes logísticos; demanda uma revisão pedagógica fundamentada e intencional.

A avaliação não deve ser apenas um instrumento de prestação de contas, mas uma ferramenta de pesquisa que investigue *quais* pedagogias funcionam para *quais* públicos. A literatura indica que o caminho para democratizar o acesso e garantir a efetividade reside na adoção de estratégias de aprendizagem ativa e na construção de indicadores que capturem mudanças comportamentais de longo prazo, e não apenas a satisfação imediata. Somente assim poderemos distinguir se estamos apenas pregando para convertidos ou efetivamente ampliando as bases da cidadania participativa.

Ao ousar apresentar uma síntese provisória de elementos de avaliação das ações, projetos e programas de educação política, buscamos não finalizar o debate sobre o tema, mas buscamos, a partir de uma perspectiva mais quantitativa de avaliação, contribuir com o debate e o aperfeiçoamento da avaliação das iniciativas de educação política, educação para a cidadania e educação para a democracia.



Ao mesmo tempo, o avanço na avaliação desses programas pode funcionar como círculo virtuoso para fortalecer as iniciativas de educação política. Além disso, essas ações, projetos e programas necessitam ainda de financiamento para suas atividades; necessidade que, se atendida, poderia ampliar o potencial de avaliação e construção de conhecimento sobre essas iniciativas.

Referências

- ANDERSSON, Erik. (2019). “The school as a public space for democratic experiences: formal student participation and its political characteristics”. *Education, Citizenship and Social Justice*, v. 14, n. 2, pp. 149-164. [Consult. 05-03-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1177/1746197918776657>
- ALMOND, Gabriel A.; POWELL, G. B. (1978). *Comparative Politics: System, Process, and Policy*. Boston, Little, Brown.
- DANTAS, Humberto. (2025). Educação Política no Brasil – um panorama. *Cadernos Adenauer*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer (Cadernos Adenauer, ano XXVI, n. 1).
- DANTAS, Humberto; COSTA, Renato E. (2025). Rede de organizações para o desenvolvimento de ações de educação política em ambiente virtual. *Cadernos Adenauer* Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer (Cadernos Adenauer, ano XXVI, n. 1).
- GOMES, Nilma L. (2012). Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, pp. 727-744. [Consult. 05-03-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000300005>
- GONZALEZ, Lélia. (1984). O racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, pp. 223-244.
- KIESS, Johannes. (2022). “Learning by doing: the impact of experiencing democracy in education on political trust and participation”. *Politics*, v. 42, n. 1, pp. 75-94, 2022. [Consult. 05-03-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1177/0263395721990287>
- MARCZEWSKA-RYTKO, Maria (2020). ‘Political Socialization’. In: *The SAGE Handbook of Political Science*. [S.l.], SAGE, 2020. pp. 642-655.
- PHILLIPS, Anne. (1998). *The Politics of Presence*. Oxford, Oxford University Press.



- ROCHA, Frederico; SOUZA, Letícia. (2025). “A função epistemológica da escola na socialização política de crianças e adolescentes”. *Anais do 22º Congresso Brasileiro de Sociologia*.
- SILVA, Joscimar S.; SANTOS, Ramone G. L.; CARDOSO, Panmelie C. P. B. (2019). “Além do ensino: identidade negra e extensão em universidade particular”. *Revista África e Africanidades*, v. XII, pp. 01-13.
- SILVA, Joscimar S. (2018). “Valores e Crise de Representação na América Latina: podemos antever um personalismo político?”. *Cadernos de Campo*, v. 1, pp. 269-287. [Consult. 05-03-2026]. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/11554>
- SILVA, Joscimar S. (2022). “Desconfiados, conectados e indignados: crise de representação e mídias digitais no Brasil, México e Peru”. *Revista Debates*, v. 16, pp. 65-95. [Consult. 05-03-2026]. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/121124>
- SOBRINHO, José Dias. (2003). *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo, Cortez.
- TAVARES, João (2025). “Rede Nacional de Educação Cidadã: construindo uma coalizão pública em defesa da democracia”. *Cadernos Adenauer*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adenauer (Cadernos Adenauer, ano XXVI, n. 1).
- TELLES, Helcimara S.; SILVA, Joscimar. (2025). *Public Opinion and Turmoil In Latin American Democracies*. 1. ed. Springer Nature, v. 1. 331p.
- TRINDADE, Diego; SEVA, Janaína; ROCHA, F; THOMAZ, L. F. (2023). “Educação para cidadania, política e democrática: o programa de extensão Politizar da UFG”. *Revista Parlamento e Sociedade*, v. 11, pp. 119-138, 2023. [Consult. 05-03-2026]. Disponível em <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/revista/article/view/257>
- WILLECK, Claire; MENDELBERG, Tali. (2022). “Education and Political Participation”. *Annual Review of Political Science*, v. 25, pp. 89-110. [Consult. 05-03-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-051120-014235>

Joscimar Souza Silva

 <https://orcid.org/0000-0002-8045-6707>
 <http://lattes.cnpq.br/6828567723216663>

Professor no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Brasil. Doutor em Ciência Política. E-mail: joscimar.silva@unb.br

Frederico Henrique Galves Coelho da Rocha

 <https://orcid.org/0009-0000-3607-5360>
 <http://lattes.cnpq.br/1302672594359721>

Professor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, Brasil. Doutor em Sociologia. E-mail: fredericohenrique@ufg.br

Revisão técnico-gramatical

Diogo Oliveira da Silva²

Conflito de interesses

Os autores declaram não haver conflitos de interesses de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira relacionados à pesquisa, à análise dos dados e/ou à redação do manuscrito.

Financiamento

O presente estudo obteve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), por meio da Chamada Pública nº 09/2023 – Programa de Auxílio à Pesquisa Científica e Tecnológica – Pró-Licenciaturas, Processo nº 202410267000044 (Termo de Outorga nº 1809-FAPEG/GO). O presente estudo também recebeu apoio do Programa de Bolsas de Extensão da Universidade de Brasília, anos 2024 e 2025. O financiador não teve participação na concepção do estudo, coleta, análise ou interpretação dos dados, nem na redação ou decisão de submissão do manuscrito.

Uso de IA

Não foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial na redação do manuscrito, na análise dos dados ou na elaboração de figuras e tabelas.

Disponibilidade de dados

Todos os dados utilizados e analisados neste estudo estão apresentados no corpo do manuscrito (tabelas, figuras e descrições metodológicas). Não há conjuntos de dados adicionais.

Contribuições de autoria CRediT

Josimar Souza Silva: Conceitualização (Conceptualization); Curadoria de Dados (Data curation); Análise formal (Formal Analysis); Aquisição de financiamento (Funding acquisition); Investigação (Investigation); Metodologia (Methodology); Administração do projeto (Project administration); Recursos (Resources); Software (Software); Supervisão (Supervisão); Validação (Validation); Visualização (Visualization); Redação rascunho original (Writing – original draft); Redação - revisão e edição (Writing – review & editing). *Frederico Henrique Galves Coelho da Rocha*: Conceitualização (Conceptualization); Curadoria de Dados (Data curation);

² E-mail: diogo17.chelsea@gmail.com

Análise formal (Formal Analysis); Aquisição de financiamento (Funding acquisition); Investigação (Investigation); Metodologia (Methodology); Administração do projeto (Project administration); Recursos (Resources); Software (Software); Supervision (Supervisão); Validação (Validation); Visualização (Visualization); Redação rascunho original (Writing – original draft); Redação - revisão e edição (Writing – review & editing)